

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 31/XIII/ 2.ª SL**

Aos 15 dias do mês de fevereiro de 2017, pelas 10 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 52/XIII/2.ª (GOV) - Estabelece o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das empresas do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa;  
Relatora: Deputada Andreia Neto (PSD)**
3. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição do Conselho Superior do Ministério Público, no âmbito dos Projetos de Lei n.ºs 345/XIII/2.ª (PS) - Promove a regulação urgente das responsabilidades parentais e a atribuição de alimentos em situações de violência doméstica e de aplicação de medidas de coação ou de pena acessória que impliquem afastamento entre progenitores, e 353/XIII/2.ª (PAN) - Afirma a necessidade de regulação urgente das responsabilidades parentais em situações de violência doméstica;**
4. **Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**
  - **Projeto de Lei n.º 327/XIII/2.ª (BE) - Procede à primeira alteração ao Regime Geral do Processo Tutelar Cível (aprovado pela lei n.º 141/2015, de 8 de setembro e à segunda alteração à lei n.º 75/98, de 19 de novembro);**
  - **Projeto de Lei n.º 345/XIII/2.ª (PS) - Promove a regulação urgente das responsabilidades parentais e a atribuição de alimentos em situações de violência doméstica e de aplicação de medidas de coação ou de pena acessória que impliquem afastamento entre progenitores;**
  - **Projeto de Lei n.º 350/XIII/2.ª (PCP) - Altera a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo alargando o período de proteção até aos 25 anos (Terceira alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pelas Leis n.º 142/2015, de 8 de setembro e n.º 31/2003, de 22 de agosto);**
  - **Projeto de Lei n.º 353/XIII/2.ª (PAN) - Afirma a necessidade de regulação urgente das responsabilidades parentais em situações de violência doméstica;**
5. **Nova apreciação na generalidade das seguintes iniciativas legislativas:**
  - **Projeto de Lei n.º 308/XIII/2.ª (BE) - Procede à sexta alteração à lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais, aprovada pela lei orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto;**
  - **Projeto de Lei n.º 318/XIII/2.ª (CDS-PP) - Altera a Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais), em matéria de candidaturas por grupos de cidadãos eleitores;**
  - **Projeto de Lei n.º 328/XIII/2.ª (PS) - 6.ª Alteração à Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, simplificando e clarificando as condições de apresentação de candidaturas por grupos de cidadãos e alargando o âmbito de aplicação da Lei da Paridade;**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 31/XIII/ 2.ª SL

6. **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente:**
  - **COM(2016)230 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu e ao Conselho - Dar cumprimento à Agenda Europeia para a Segurança para combater o terrorismo e abrir caminho à criação de uma União da Segurança genuína e eficaz;**  
Relator: Deputado Fernando Negrão (PSD)
  - **COM(2016)277 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 539/2001 que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação (Kosovo);**  
Relatora: Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP)
7. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente de todas aquelas cujo prazo de apreciação se encontra ultrapassado;**
8. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para audição de um conjunto de entidades, a propósito da revisão do Regulamento das Custas Processuais e do Regime de Acesso ao Direito e aos Tribunais;**
9. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
10. **Outros assuntos.**

11:30 Horas

Audição da Ministra da Justiça, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, deu-se conhecimento da baixa à Comissão das seguintes iniciativas legislativas:

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

N.º/AUTOR	ASSUNTO	Decisão sobre apreciação em Comissão ou em Plenário
PJR 658/XIII/2.ª (CDS-PP)	<a href="#">Recomenda ao Governo a reorganização da rede de gabinetes de atendimento às vítimas de violência doméstica da GNR e da PSP</a>	Em Plenário, nos termos do n.º 2 do artigo 128.º do RAR.
PJR 659/XIII/2.ª (PSD)	<a href="#">Recomenda ao Governo a avaliação e a revisão do Regulamento das Custas Processuais</a>	Em Plenário, nos termos do n.º 2 do artigo 128.º do RAR.

No ponto seguinte da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 52/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Estabelece o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das empresas do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa, que foi



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 31/XIII/ 2.ª SL

apresentado pelo Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), em substituição da respetiva relatora, Senhora Deputada Andreia Neto (PSD), que não se encontrava presente. Após uma breve intervenção da Senhora Deputada Elza Pais (PS), que saudou a objetividade do relatório apresentado, o parecer (nas suas partes I e III) foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, foi apreciado o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, solicitando a audição do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), no âmbito dos Projetos de Lei n.ºs 345/XIII/2.ª (PS) - Promove a regulação urgente das responsabilidades parentais e a atribuição de alimentos em situações de violência doméstica e de aplicação de medidas de coação ou de pena acessória que impliquem afastamento entre progenitores, e 353/XIII/2.ª (PAN) - Afirma a necessidade de regulação urgente das responsabilidades parentais em situações de violência doméstica, tendo o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) salientado que a demora na elaboração de parecer escrito por parte desse Conselho era reveladora da complexidade da matéria em causa e que a importância do seu contributo justificava a presença da Procuradora-Geral da República (PGR) na Comissão.

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) reconheceu que, atendendo à natureza da matéria, seria vantajosa a audição presencial, mas discordou do argumento de que os pareceres do Conselho estariam em falta, uma vez que, de acordo com o ofício remetido pelo gabinete da Senhora Procuradora-Geral da República, os pareceres da PGR foram circulados pelo CSMP, «que com os mesmos concordou», pelo que sugeriu que fosse suprimida a referência à falta de pareceres. A Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) declarou que, dada a importância da matéria, a audição requerida beneficiaria muito todo o processo, que o importante era a questão de fundo e não a questão da forma (de como estava redigido o requerimento), tendo o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) esclarecido que, em todo o caso, a legitimidade da PGR era completamente diferente da do CSMP.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 31/XIII/ 2.ª SL**

No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, tendo, por consequência, ficado prejudicado o ponto seguinte da ordem do dia, que consistia na discussão e votação na especialidade dos projetos de lei n.ºs [327/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Procede à primeira alteração ao Regime Geral do Processo Tutelar Cível (aprovado pela lei n.º 141/2015, de 8 de setembro e à segunda alteração à lei n.º 75/98, de 19 de novembro); [345/XIII/2.ª \(PS\)](#) - Promove a regulação urgente das responsabilidades parentais e a atribuição de alimentos em situações de violência doméstica e de aplicação de medidas de coação ou de pena acessória que impliquem afastamento entre progenitores; [353/XIII/2.ª \(PAN\)](#) - Afirma a necessidade de regulação urgente das responsabilidades parentais em situações de violência doméstica; e [350/XIII/2.ª \(PCP\)](#) - Altera a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo alargando o período de proteção até aos 25 anos (Terceira alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pelas Leis n.º 142/2015, de 8 de setembro e n.º 31/2003, de 22 de agosto).

No quinto ponto, a requerimento do Grupo Parlamentar do PS, através do Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS), e fundamentado no facto de estar em processo de elaboração um texto de substituição, procedeu-se ao adiamento para a reunião seguinte da nova apreciação na generalidade dos projetos de lei n.ºs [308/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Procede à sexta alteração à lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais, aprovada pela lei orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto; [318/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) - Altera a Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais), em matéria de candidaturas por grupos de cidadãos eleitores; e [328/XIII/2.ª \(PS\)](#) - 6.ª Alteração à Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, simplificando e clarificando as condições de apresentação de candidaturas por grupos de cidadãos e alargando o âmbito de aplicação da Lei da Paridade. Usaram, ainda, da palavra os Senhores Deputados Paulo Rios de Oliveira (PSD), que chamou a atenção para a urgência de se concluir esse processo, uma vez que se estava em ano eleitoral, António Filipe (PCP), que recordou que, na falta de um texto de substituição ou de propostas de alteração, as iniciativas seriam remetidas de novo para o Plenário, para votação na generalidade, e Jorge Lação

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 31/XIII/ 2.ª SL**

(PS), que destacou a importância de se proceder à clarificação da questão relacionada com a aplicação generalizada da lei da paridade, constante da norma revogatória do projeto de lei do PS (artigo 3.º).

No sexto ponto da ordem do dia, foi apreciado o relatório sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu e ao Conselho dar cumprimento à Agenda Europeia para a Segurança para combater o terrorismo e abrir caminho à criação de uma União da Segurança genuína e eficaz (COM (2016) 230), que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD). Após uma breve intervenção do Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS), o relatório foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Seguiu-se a apreciação do relatório sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 539/2001 que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação (Kosovo), que foi apresentado pela respetiva relatora, Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP). Após a intervenção do Senhor Deputado António Filipe (PCP), que declarou que o Grupo Parlamentar do PCP iria votar contra o relatório, não por discordar do trabalho realizado pela relatora, mas por considerar que a Proposta de Regulamento não respeita princípio algum em matéria de relações internacionais, o relatório foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, votos contra do PCP e abstenções do BE e da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.

Não havendo lugar à apresentação dos relatórios finais de petições, passou-se ao ponto seguinte, que consistia na apreciação do requerimento apresentado pelo Grupo parlamentar do CDS-PP para a constituição de um grupo de trabalho a fim de realizar a audição de um conjunto de entidades, a propósito da revisão do Regulamento das Custas Processuais e do Regime de Acesso ao Direito e aos Tribunais, tendo usado da palavra para o fundamentar a Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP), que sugeriu como metodologia a realização de uma audição conjunta para o efeito e



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 31/XIII/ 2.ª SL

acrescentou que o Grupo Parlamentar do CDS estava aberto a novas sugestões para o envolvimento de mais operadores judiciais no debate a realizar.

Seguiu-se no uso da palavra o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS), que, ao abrigo do artigo 19.º do Regulamento da Comissão, solicitou o adiamento para a reunião seguinte da votação do requerimento, uma vez que na reunião plenária do dia seguinte seriam discutidas várias iniciativas sobre a matéria. A Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) disse que o Grupo Parlamentar do PSD pretendia fazer uma reflexão alargada sobre essa matéria e que discordava do pedido de adiamento da votação do requerimento. Já o Senhor Deputado António Filipe (PCP) considerou ser prematuro tomar uma decisão sobre a matéria, dado o debate agendado em Plenário para o dia seguinte.

Adiada a votação do requerimento, ao abrigo do artigo 19.º do Regulamento da Comissão, e não havendo lugar à apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética, passou-se para o oitavo ponto da ordem do dia, reservado a outros assuntos, tendo o Senhor Presidente informado que estava prevista a realização de uma visita de trabalho de uma delegação da Comissão ao Conselho Superior da Magistratura no dia 14 de março, pelas 15 horas, pelo que solicitava aos Senhores Deputados que entendessem participar na visita que procedessem à respetiva inscrição.

Após uma curta interrupção, teve início a audição da Senhora Ministra da Justiça (Francisca Van Dunem), que se fez acompanhar pela Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, Helena Mesquita Ribeiro, e pela Senhora Secretária de Estado da Justiça, Anabela Pedroso. O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Ministra da Justiça que iniciou a audição regimental com uma pequena introdução centrada em duas matérias, a primeira sobre a inscrição portuguesa no espaço da União Europeia, e as obrigações que daí decorrem para o Estado Português, e a segunda relacionada com aquilo que tem sido designado no debate externo como «a questão das custas» e que para o Ministério da Justiça se prende com matéria do acesso ao direito.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 31/XIII/ 2.ª SL

Seguiu-se uma ronda de questões das Senhoras e dos Senhores Deputados Carlos Peixoto (PSD), Filipe Neto Brandão (PS), José Manuel Pureza (BE), Vânia Dias da Silva (CDS) e António Filipe (PCP), as quais foram respondidas individualmente pela Senhora Ministra da Justiça, e algumas das quais complementadas com a intervenção da Senhora Secretária de Estado da Justiça, Anabela Pedroso.

No seguimento das respostas prestadas, foram ainda solicitadas intervenções pelas Senhoras Deputadas Sara Madruga da Costa (PSD) e Vânia Dias da Silva (CDS-PP), as quais foram respondidas conjuntamente pela Senhora Ministra da Justiça e pela Senhora Secretária de Estado da Justiça, tendo o Senhor Presidente, no final, agradecido a presença e os contributos dados.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 14 horas e 15 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de fevereiro de 2017

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(Bacelar de Vasconcelos)**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 31/XIII/ 2.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Abreu Amorim  
Carlos Peixoto  
Elza Pais  
Fernando Anastácio  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Isabel Alves Moreira  
José Luís Ferreira  
José Manuel Pureza  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Delgado Alves  
Sandra Cunha  
Sara Madruga da Costa  
Telmo Correia  
Teresa Moraes  
Vânia Dias da Silva  
Carla Sousa  
Carla Tavares  
Jorge Lação  
Susana Amador

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
Andreia Neto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro  
Jamila Madeira